



Boaventura de Sousa Santos preside ao Observatório Permanente da Justiça

GUILHERMO LEGARIA/VEA PHOTO

## As mudanças mais polémicas

### Prisão preventiva

Até 2007 podia ser aplicada em crimes puníveis com pelo menos três anos de prisão, prazo que passou para cinco. Também os limites máximos foram encurtados. No final de 2008, a prisão preventiva tinha diminuído 8,3%. Trabalho em favor da comunidade, aplicação de pena suspensa e regime de semidetenção foram abertos a um leque mais abrangente de penas.

### Segredo de justiça

A publicidade dos inquéritos tornou-se a regra e qualquer decisão em contrário carece de decisão do juiz de instrução. Além disso, arguidos, assistentes e lesados podem aceder ao processo durante o inquérito, a não ser quando o Ministério Público se opuser por riscos para a investigação.

# Governo já tem a avaliação da reforma penal. Mas só a tornará pública depois das eleições

Relatório final do Observatório da Justiça está pronto, mas só será divulgado em Outubro. Propostas de alteração contemplam afinações técnicas e mudanças "políticas". Sindicatos mantêm críticas feitas desde a aprovação dos dois códigos

INÊS CARDOSO  
ines.cardoso@jonline.pt

A avaliação da reforma penal está pronta desde Maio, mas, por decisão do governo, só será divulgada depois das eleições. O Observatório Permanente da Justiça já formulou propostas de alteração da lei e está, a pedido do ministério de Alberto Costa, a reorganizar algumas medidas. Sindicatos do sector contam com um balanço crítico e consideram que a demora na divulgação do relatório final comprova que as críticas feitas desde o início eram fundamentadas.

"O senhor ministro da Justiça entende, como em ocasiões anteriores, que deve entregar o relatório em primeira mão ao Parlamento", explica Boaventura de Sousa Santos, director científico do Observatório. "Devido às férias, foi-me indicado que a sessão pública será, em princípio, na primeira quinzena de Outubro." A dar aulas nos Estados Unidos até Dezembro, o professor universitário virá a Portugal para apresentar um relatório aguardado com expectati-

va e que promete lançar polémica.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, além de "afinações e clarificações técnicas" são propostas "mudanças políticas" em pontos polémicos como as medidas de coacção. Com um olhar crítico em diversos sectores, o grupo que monitorizou as alterações introduzidas em Setembro de 2007 não deverá, contudo, recuar nalgumas matérias mediáticas. É o caso da prisão preventiva.

Seguindo recomendações de organismos como o Conselho da Europa, não se preconiza um alargamento da sua aplicação, mas antes mecanismos para tor-

Sindicatos mantêm apreciação crítica da reforma. Agora "mais fundamentada" devido a dois anos de aplicação

nar mais eficazes outras medidas de coacção. Quando muito poderá haver uma clarificação do conceito de "criminalidade violenta", em moldes que poderão permitir a prisão preventiva em crimes como a violência doméstica.

**PROBLEMAS ANTIGOS** De acordo com um colaborador do Observatório, as propostas não são apenas uma "reforma da reforma". Procuram "resolver velhas questões" que se mantiveram e que são encaradas como obstáculo à eficácia do sistema judicial. A preocupação com os prazos está presente tanto na fase da investigação como na de execução de penas. Na pequena criminalidade, uma das chaves da eficácia e prevenção da reincidência seria conseguir um encurtamento do tempo que separa o cometimento do crime da efectiva punição.

O programa eleitoral do PS prevê apresentar e discutir "as correcções que se apurem necessárias", após conclusão da avaliação do impacto da revisão do Código de Processo Penal. Que está feita. Contratualmente, o Observatório Permanen-

te da Justiça não pode apresentar os relatórios sem autorização do governo.

Olhados com desconfiança desde a nascerença, os novos diplomas foram rodeados de críticas desde o dia de entrada em vigor - um sábado - e, no Verão passado, foram apontados como causa da onda de criminalidade. Além dos sindicatos, também o procurador-geral da República apresentou no final de 2007 propostas de alteração legislativa, mas Alberto Costa sempre recusou mudanças "sem um período de avaliação".

António Martins, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, conhece "alguns aspectos" do relatório final, da mesma forma que conhece "a realidade". Dois anos depois da reforma, agravaram-se os problemas e "o processo penal não está credibilizado nem mais eficaz". Também Carlos Anjos, da associação de investigadores da PJ, diz que as críticas iniciais se mantêm, agora "mais fundamentadas" por dois anos de experiência. "O facto de o relatório já estar pronto mas não ser divulgado é a prova de que temos razão."